

## O papel do *Banco da Terra* na reconstrução do rural: um estudo de caso.

---

Fábio Fraga dos Santos<sup>1</sup> Universidade Federal do Paraná

No contexto da agricultura brasileira, o *Banco da Terra* cuja proposta consiste em oferecer crédito para a compra de terras e construção de infra-estrutura básica para trabalhadores rurais, enquadra-se como uma possibilidade de acesso à terra e, conseqüentemente, às políticas de financiamento da produção. Estas políticas públicas têm como principais diretrizes a realização do desenvolvimento no campo, entretanto, são pautadas por uma lógica produtivista. Nesse sentido, supõe-se que o Estado, através das políticas de desenvolvimento rural, pressiona o produtor rural a incorporar técnicas externas impostas pelo mercado e a negligenciar práticas e estratégias habituais, colocando em risco a sustentabilidade e a reprodução da família na unidade de produção.

A partir de uma análise etnográfica junto a um grupo de famílias “beneficiárias” do programa Banco da Terra, procura-se levantar algumas informações empíricas sobre as práticas produtivas realizadas pelos assentados da Fazenda Akolá, localizada no município de Londrina-PR com 42 famílias, e identificar as formas de diversificação da produção, que tem claras implicações nos debates sobre o desenvolvimento local endógeno e sustentabilidade ambiental.

**Palavras-Chaves:** Análise Sócio-ambiental, Banco da terra, políticas públicas.

---

<sup>1</sup> Fábio Fraga dos Santos, graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina – UEL, mestrando em Sociologia, área de concentração: Agricultura e Dinâmicas Sociais Contemporâneas, pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Orientado pelo Prof. Dr. Alfio Brandeburg. [fabiofraga@pop.com.br](mailto:fabiofraga@pop.com.br)

## **Introdução**

O *Banco da Terra* aparece no bojo da nova organização das políticas agrárias (Lei complementar nº 93, sancionada em 04 de fevereiro de 1998 e regulamentada pelo Decreto nº 3.207 de 13 de abril de 1999), como parte de um conjunto de políticas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar no Brasil.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário, um dos propósitos do *Banco da Terra* é financiar a compra de terras e a infra-estrutura básica para trabalhadores rurais visando “contribuir para a quebra do ciclo da exclusão social e gerar emprego e renda no campo, sendo um importante mecanismo para otimizar a melhoria das condições da produção rural, a modernização tecnológica, a fixação do homem no campo e a melhoria do seu bem estar” (BRASIL,2002).

Tal programa surgiu para dar continuidade e ampliar o projeto-piloto *Cédula da Terra*, implementado de maneira experimental a partir do ano de 1997 apenas em alguns Estados (Maranhão, Ceará, Pernambuco, Bahia e Minas Gerais). Atualmente, o Paraná conta com mais de 1.195 famílias assentadas pelo programa, segundo informações da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado do Paraná (SEAB)<sup>2</sup>.

## **Críticas ao Banco da Terra**

A inclusão de famílias a este projeto requer o cumprimento de determinadas exigências prescritas no programa como, entre outras, a formação local de associações para a aquisição das propriedades e o acesso ao crédito. A administração do Banco da Terra realiza-se de forma descentralizada com a participação de instituições governamentais, de associações de municípios, dos conselhos municipais de desenvolvimento rural sustentável e das unidades técnicas.

---

<sup>2</sup> Fonte: <http://www.pr.gov.br/seab/> em 19/03/2004.

Além do crédito para compra de terra e a realização das obras de infraestrutura básica, os assentados do Banco da Terra têm acesso aos financiamentos do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Esses “beneficiários”<sup>3</sup> são trabalhadores rurais não-proprietários, preferencialmente assalariados, parceiros, posseiros e arrendatários, que comprovam no mínimo cinco anos de experiência na atividade rural. Também são potenciais assentados os agricultores proprietários de imóveis cuja área não alcança o módulo mínimo da propriedade familiar. A forma de acesso ao programa ocorre, prioritariamente, através de financiamentos por meio de entidades coletivas, formalmente constituídas tais como Associações ou Cooperativas (MEPF/INCRA/SDR, 1999).

Entre as diversas avaliações políticas e econômicas sobre o Banco da Terra, destaca-se o relatório do Departamento de Estudos Sócio-econômicos Rurais (DESER), que embora manifeste uma postura favorável a programas de crédito fundiário para “potencializar a agricultura familiar, principalmente para os arrendatários, minifundistas e jovens filhos de agricultores”, identificou uma série de problemas no programa Banco da Terra e, com base em projeções de cálculos econômicos, chegou a conclusão de que o programa *Banco da Terra* “poderá levar os agricultores familiares e assalariados rurais já descapitalizados, para uma situação ainda mais crítica” (BITTENCOURT, 1999).

As objeções apresentadas por instituições da sociedade civil a este tipo de política de crédito fundiário têm sido formuladas desde a criação do projeto-piloto *Cédula da Terra*, tendo como expoente o Fórum Nacional pela Reforma Agrária e pela Justiça no Campo, que reúne instituições como a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), o MST (Movimento Nacional dos Trabalhadores Sem-Terra), o DESER (Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais), entre outras.

---

<sup>3</sup> Os integrantes do grupo Akolá não se consideram “assentados” e sim “beneficiários” do programa Banco da Terra.

A disputa pela terra e as discussões em torno das políticas de créditos de investimentos, produção e de acesso à terra nos anos de 1990 fomentaram vários debates e análises sobre a questão agrária. Dessa maneira, torna-se importante resgatar algumas informações sobre a questão agrária e o processo de modernização da agricultura brasileira.

### **Abordagens sobre o processo de modernização da agricultura brasileira**

O processo de modernização da agricultura brasileira, conduzido de perto pelo Estado, a partir de fins da década de 1960, fez-se sob uma clara conciliação de interesses entre o setor agrário (grandes e médios produtores) e o industrial nacional e internacional. Esse pacto político que garantiu uma intensa modernização na estrutura produtiva e social no campo em várias regiões, com uma aproximação sistêmica da agricultura com a indústria, viabilizando, a um só tempo, a internalização do setor produtor de máquinas e equipamentos agrícolas e a consolidação de indústrias de processamento (GRAZIANO DA SILVA, 1981)

A questão agrária ganhou uma nova configuração com a modernização da produção agropecuária. Dessa maneira, ocorreram significativas transformações sociais e ambientais do quadro agropecuário brasileiro. A expansão da produção agrícola em grande escala desencadeou uma série de problemas ambientais, como a devastação de ecossistemas e variadas formas de poluição, desde a contaminação dos lençóis freáticos à poluição do solo. O quadro sócio-econômico também sofreu sérias transformações, entre as quais a redução na ocupação de força de trabalho e o despovoamento do meio rural (BERGAMASCO; NORDER, 2003).

A modernização agrícola significou a intensificação dos processos de produção e, conseqüentemente, proporcionou o adensamento da utilização de insumos químicos e biológicos e da mecanização agrícola. Em meados dos anos de 1990, tornou-se evidente a perda de importância relativa do rural como sinônimo de agrícola, o acirramento das disparidades sociais, a concentração da produção, da terra e da renda (FLEISCHFRESSER, 1988)

Um dos pontos cruciais do debate sobre as formas de produção agropecuária, consiste na necessidade de incremento da produtividade com base numa utilização cada vez maior de insumos de origem industrial e de grandes áreas. Tais fatores concretizam-se através dos mecanismos de pesquisa e extensão rural governamentais, bem como por meio de um sistema oficial de crédito rural. Estas políticas públicas têm como principais diretrizes a realização do desenvolvimento no campo, porém, são pautadas por uma lógica produtivista, “sustentada na tecnificação e na realização de um rendimento para o agricultor que lhe possibilite não apenas melhorar o seu padrão de vida mas, sobremaneira, reembolsar os investimentos públicos” (CARNEIRO, 1997).

### **Processos produtivos: práticas de produção endógena**

Esse debate é algo complexo e de extrema relevância no contexto da heterogeneidade da agricultura brasileira, pois tem implicações diretas com a absorção de mão-de-obra, geração de renda e impactos ambientais no campo e está centrada nas práticas endógenas de produção e no papel dos atores sociais na sua ação efetiva. Sendo assim, procura-se salientar a importância das estratégias tradicionais de reprodução das condições sociais de vida e da força do trabalho familiar. A constante elaboração e adaptação das práticas locais e/ou tradicionais pode ser então interpretada, neste sentido, como forma de resistência aos impactos sociais, econômicos e ambientais provocados pela tendência de padronização da produção, o que demonstra a necessidade de observar os processos e estratégias de produção.

A noção de desenvolvimento endógeno utilizada neste texto, pode ser analisada enquanto estratégias de resistência às práticas mercantis ou modernizantes da agropecuária. Existe vários debates sobre essa questão, dentre os quais destaca-se a proposta de Ploeg(2003)<sup>4</sup>, que pode ser conceituada da seguinte maneira:

---

<sup>4</sup> Ploeg, J. D. (2003), *The virtual farmer: past, present and future of the Dutch peasantry*. Assen: van Gorcum.

A manutenção ou incremento dos ingressos econômicos ocorre mediante o controle direto sobre o desenvolvimento e a utilização de recursos produtivos; há um uso múltiplo e flexível dos recursos e o desenvolvimento passo-a-passo das atividades, com base nos recursos disponíveis; um elevado rendimento líquido por unidade de produto final e uma tendência para o estabelecimento de empresas com multi-propósito; as inovações são realizadas em bases locais; as alterações na produção ocorrem passo-a-passo e o aprendizado faz-se com a prática; há uma centralidade do trabalho e das redes sociais; e uma ativa construção dos mercados, buscando-se maior controle sobre a definição do valor dos produtos; busca-se também uma redução no uso de insumos externos e nos custos administrativos e financeiros; há uma (re)conexão da produção ao ecossistema local; a mobilização de uma relativamente pequena base de recursos para gerar um nível de rendimentos aceitável. (NORDER, 2004)

As práticas endógenas de desenvolvimento rural têm implicações nos debates sobre a modernização da produção agropecuária, geração de renda e emprego no campo, além da sustentabilidade ambiental. Esta abordagem passa pela capacidade de internalização do trabalho na unidade de produção através, principalmente, da substituição de insumos industriais de curto ciclo e investimentos em recursos permanentes, incluindo, inclusive, recursos de origem mercantil.

Segundo Norder (2004), a substituição de insumos agroindustriais pela produção própria de insumos de base orgânica no interior da unidade de produção requer um aumento na absorção de mão-de-obra e conseqüentemente uma elevação na renda por unidade de área. A avaliação do autor foi pautada em estudos realizados no assentamento Fazenda Reunidas, situado no município de Promissão, Estado de São Paulo.

A análise do processo de intensificação da produção local realizada por Norder foi pautada em cinco fatores, sendo: a constituição dos recursos permanentes da produção agropecuária; a origem e a composição dos recursos temporários utilizados na produção; a quantidade e a qualidade da área ocupada; o uso de força de trabalho; a forma

de comercialização. Esses foram fundamentais para nortear o estudo de caso proposto, principalmente quanto à questão da ampliação na geração de renda e à substituição de insumos agroindustriais por insumos produzidos na localidade.

As estratégias locais para substituição de insumos industriais foram observadas em vários cultivos, dentre os quais se destacam a horticultura, através uso do bokashi<sup>5</sup>, e a produção de café, por meio do cultivo consorciado de mucuna-anã<sup>6</sup>, além de outras alternativas de adubação orgânica. O autor observou que houve uma transformação nas relações sociais do grupo por meio do desenvolvimento local de um novo saber técnico. Esta alteração local ocorreu, principalmente, via redução gradativa da utilização de insumos externos de curto ciclo. A organização do grupo de famílias foi mudando a partir do momento que o grupo resolveu pesquisar e produzir determinados insumos, essencialmente, através da articulação e troca de conhecimentos.

Outro fator importante analisado é a recomposição das formas de trabalho, que está diretamente ligada com a ampliação da geração de renda. A *internalização* das atividades no interior da unidade de produção, através da substituição ou redução dos insumos agroindustriais e da ampliação e variação da produção para consumo doméstico, fez com que as famílias se reorganizassem para realização das atividades dentro do lote, absorvendo, assim, grande parte do trabalho familiar disponível.

É importante reconhecer que as questões sobre o processo de desenvolvimento endógeno tem aspectos contraditórios: “A produção de tomate e pepinos, por exemplo, ocorre mediante a aquisição de diversos insumos agroindustriais, mas ao mesmo tempo há uma ampliação da base de recursos permanentes e na absorção de trabalho” (NORDER, 2004). Ressalta-se que não se trata, ao realizar esta discussão, de estabelecer uma divisão ou uma oposição entre a esfera mercantil e não-mercantil, mas sim

---

<sup>5</sup> Tipo de adubo orgânico a base de torta de mamona, farinha de osso, farelo de arroz, esterco de galinha, farelo de peixe, terra com pouco material biológico, carvão e fermento (ou outras composições similares) produzidos no próprio lote.

<sup>6</sup> Leguminosa utilizada como mercadoria e como uma forma de fertilização, através da fixação natural de nitrogênio no solo.

verificar e identificar a construção de práticas de intensificação dos recursos produtivos que valorizam a qualidade de vida do agricultor familiar, tanto no âmbito da segurança alimentar, quanto na esfera da sustentabilidade rural e ambiental.

Um fator primordial nessa discussão é que não se trata de equiparar o processo de produção endógena com técnicas de produção integralmente orgânica; trata-se de dar enfoque aos processos produtivos através da internalização do trabalho e geração de renda dentro da unidade de produção, cuja proposta está pautada na absorção de trabalho por meio da redução do uso de insumos industriais. Assim, não esta sendo descartado o uso de insumos provenientes da industria, mas a redução máxima possível. Dessa maneira, esta perspectiva é caracterizada como “mais” endógena, pois reduz os processos produtivos incentivados pelo modelo modernizante, que tem características exógenas, como foi discutido anteriormente.

### **A formação do grupo Akolá**

A partir do debate sobre as formas de produção endógenas, busca-se apresentar aqui informações empíricas sobre as práticas produtivas realizadas pelo grupo *Akolá*, localizado no município de Londrina-PR. Este grupo é constituído por 42 famílias da região e está dividido em 6 sub-grupos (Alface, Minhoca, Barra Funda, Hugo, Florindo e Pernambuco), que foram organizados, segundo o líder da associação, pelos próprios beneficiários. Três fatores foram essenciais para a realização dessa subdivisão: afinidades familiares, proximidade geográfica dos lotes, e estratégias produtivas. O *Akolá* é o segundo maior grupo de beneficiários do Banco da Terra na região de Londrina. Apesar das famílias que compõem o grupo terem se fixado na região há algum tempo como agricultores, há uma diversidade das suas origens, sendo que algumas são oriundas de outras regiões do Paraná e do Brasil, por exemplo, o subgrupo Pernambuco, o que amplia a heterogeneidade dos conhecimentos dos agricultores locais.

A organização do grupo teve início no ano 2000 através do sindicato dos trabalhadores rurais de Tamarana, que estava promovendo a formação de vários grupos

para a realização de assentamentos via Banco da Terra. A efetivação do grupo ocorreu no início de 2001, sendo que a maioria dos assentados estava fixado na região de Lerrovile e Tamarana. Grande parte dos assentados aderiram ao programa porque considera a invasão de terras como um ato ilícito, além de estimar que, *“é muito demorado o acesso através das invasões”*.

O sindicato dos trabalhadores rurais de Tamarana teve um papel fundamental, pois a organização do grupo e a “descoberta” da fazenda disponível para venda foi realizada pelo mesmo. Toda a documentação necessária para a adesão ao programa havia sido providenciada em 2000, porém, esbarraram em um problema: a compra da fazenda só poderia ser realizada através de uma associação, caso contrário o proprietário teria que realizar o loteamento e articular a venda de cada unidade separadamente, aumentando muito o preço da terra. Resolvido as pendências burocráticas, a Fazenda Akolá foi assumida pelos beneficiários em Abril de 2001. O financiamento total recebido pelo grupo foi de R\$ 1.680.000,00, sendo que parte do montante foi destinada aos gastos com a construção de habitações, saneamento básico e energia elétrica. A parte do financiamento destinado à energia elétrica não foi suficiente para realização de toda a obra, o que ocasionou uma nova negociação de financiamento com a empreiteira responsável pela obra.

Em um primeiro momento, a fazenda foi dividida em dois grandes grupos: um que lidava com café e outro com horticultura. Foram chamados alguns beneficiários para realizar o mapeamento dos locais para a realização da demarcação dos lotes, cujo tamanho é de 7,7 hectares<sup>7</sup>. Logo em seguida foi realizado o sorteio dos lotes por área de interesse. Alguns já começaram a produzir, a partir de recursos próprios, neste primeiro momento, mesmo a conclusão das obras de infra-estrutura e moradia. Todos que começaram a produzir partiram para o cultivo do milho ou da soja.

Com a liberação do financiamento de investimento pelo PRONAF (no valor de R\$ 9500,00), as atividades começaram a ser intensificadas nas unidades de produção,

principalmente, com a chegada dos equipamentos de irrigação para os 14 assentados que lidavam com horticultura. O restante das famílias começou a receber em parcelas os recursos para o cultivo de café, o que prejudicou algumas etapas do processo de plantio. Porém, o fator que causou maior prejuízo para o grupo Akolá foi uma grande geada que ocorreu em 2002, fazendo com que os agricultores migrassem para outras culturas; outros abandonaram o programa. Atualmente, apenas 3 agricultores lidam com o café, e insistem com a cultura, contando apenas com recursos da própria família.

### **Práticas produtivas: o caso da produção de cará.**

A trajetória do grupo de famílias em questão resultou na elaboração de estratégias produtivas que apontaram para a necessidade da minimização dos prejuízos, principalmente entre os que perderam o investimento destinado para o cultivo de café. Em razão da determinação do tamanho dos lotes, a maioria dos agricultores está adotando a prática de intensificação do solo, no entanto, há uma preocupação com a fertilidade da terra, principalmente com relação às culturas de batata-doce e cará.

Uma particularidade observada entre os entrevistados diz respeito ao tamanho da propriedade, que é relativamente ideal para as suas práticas produtivas. Apenas o sistema de financiamento, de custeio e de investimento, é questionado, pois está diretamente ligados intensificação do uso do solo e do aumento da produtividade.

A diversificação é concebida pelos agricultores entrevistados como algo essencialmente importante, e esta vinculada à geração de receitas para as despesas diárias, e em alguns casos, são utilizadas para pagar trabalhadores contratados temporariamente nas épocas de colheita. Há entre os entrevistados uma forte importância do papel da diversificação de sua produção, não só como estratégia de sobrevivência, mas como reprodução da unidade produtiva, além de possibilitar a intensificação do trabalho familiar.

---

<sup>7</sup> A Fazenda Akolá possui uma reserva de mata virgem de 152 hectares pertencentes a todos os associados.

Quase que a totalidade dos assentados plantam batata-doce, cará, mandioca e milho, sendo que eles tratam o cará como “*carro-chefe*” e cultura capaz de gerar recursos para investimento no lote. As outras culturas são encaradas como atividades de rotação da terra e necessárias para o pagamento de despesas cotidianas, com exceção dos agricultores que trabalham com horticultura. A tabela 1 apresenta alguns dados referentes ao quadro produtivo do grupo Akolá:

**Tabela 1 - Quadro produtivo da Fazenda Akolá - 2004**

Lavoura	Área (ha)	Numero de Produtores	Área média por produto
Batata-doce	121,00	40	3,02
Café	2,42	03	0,81
Cará	170,00	42	4,05
Mandioca	150,00	42	3,57
Milho	80,00	30	2,67
Olerícolas	8,00	03	2,67
Outras	12,30	-	-
Pastagem	4,33	06	0,72

Fonte: Emater/PR – Regional de Londrina, 2004.

A cultura do cará é caracterizada como “*sugadora de solo*”, segundo alguns agricultores. É uma atividade que requer a rotatividade da área produzida, não podendo plantar no mesmo local mais que duas vezes seguidas. O tempo para colher o cará é em média de 8 à 9 meses após o plantio, podendo ser reduzido se for irrigado. Segundo um entrevistado, o ideal seria se eles tivessem recursos para corrigir o solo e poder utilizar sempre a mesma área, porém, os custos com insumos industriais são altos, neste sentido a falta de recurso para aquisição de insumos faz com que os agricultores elaborem estratégias endógenas para reduzir a dependência externa, no caso a rotatividade da área de plantio.

Para cada alqueire produzido tem-se um gasto médio de R\$1500,00 com insumos e manutenção da lavoura, mais R\$ 750,00 com mão-de-obra no ato da colheita. A

previsão de produção gira em torno de 60 toneladas/ha, se o preparo de solo for realizado de maneira correta e quando há irrigação. Devido à falta de chuva, o previsto para quem não irrigou é de 30 toneladas/ha. O preço médio em 2003 foi de R\$ 0,45 / kg, e a rentabilidade média gira em torno de R\$ 11000,00/ha descontando as despesas com a produção e colheita, isso no caso da unidade de produção que não utiliza equipamentos de irrigação.

Os insumos utilizados para a correção do solo e para a adubação são provenientes da indústria. Quando questionados sobre a utilização de insumos de base orgânica, a maioria afirma que não há melhora na produção. Percebe-se uma certa rejeição: *“não adianta, vai ter um gasto maior e o produto não vai ter qualidade”*. Alguns afirmam que não compensa comprar e muito menos produzir insumos orgânicos dentro lote, *“o resultado não iria ser bom e daria muita mão-de-obra, além do que no final das contas gastaríamos o mesmo tanto”*, afirma um entrevistado.

Um ponto importante a ser observado é a seleção e armazenamento das ramas do cará, que são utilizadas para o próximo cultivo, a qual proporciona a redução dos custos de produção e pode inclusive gerar alguma rentabilidade com a comercialização. Essa é uma estratégia de suma importância para esses assentados que vêm, assim, a possibilidade de garantir um lucro extra.

Portanto, o cultivo do cará apresenta uma ocupação primordial, de alta rentabilidade para os agricultores locais, podendo potencializar o lucro através da instalação de conjuntos de recursos permanentes de produção e ao uso de insumos agroindustriais. Trata-se, portanto, de uma intensificação simultânea na constituição de recursos permanentes no lote, na utilização de força de trabalho familiar, principalmente nos períodos de capina, e no consumo de insumos agroindustriais, sobretudo no que se refere à reprodução da fertilidade do solo.

## **Considerações finais**

Os recursos permanentes e o uso de insumos de base industrial permitem aos agricultores aumentar a capacidade de intensificação do uso do solo. Porém, no caso estudado, não existem entre os assentados do programa estratégias para a substituição de insumos agroindustriais por insumos de base orgânica. No entanto, existe uma preocupação no que se refere à reprodução ou ampliação da fertilidade do solo, que é realizada essencialmente através da rotatividade da área de produção.

Existe uma intensificação de trabalho dentro do lote, principalmente devido à falta de recursos financeiros, a qual poderíamos caracterizar como um fator contraditório. A escassez de financiamentos fez com que os agricultores adotassem técnicas alternativas, sendo uma delas a rotação da área de plantio, que é caracterizada como um fator endógeno, apesar da utilização constante de adubação química no preparo de solo para o plantio do cará, podendo colocar em risco a fertilidade natural do solo.

A produção de cará é responsável por uma grande absorção de trabalho familiar e pela perspectiva de investimentos no lote. Um ponto importante está ligado aos recursos permanentes, pois os agricultores que possuem equipamentos de irrigação conseguiram aumentar a produção. Um outro fator referente ao processo de produção endógena é a reutilização das ramas do cará para o plantio seguinte, além da comercialização do excedente, aumentando, assim, a rentabilidade do agricultor.

A discussão proposta neste texto nos remete a implicações ambientais na medida em que as estratégias produtivas adotadas pelos agricultores locais passam pela utilização de insumos industriais nas plantações de cará e pela intensificação do uso do solo. Trata-se, enfim, de avaliar a abrangência das formas de produção local através das quais se estabelecem diferenciadas perspectivas entre a racionalização e autonomia dos processos produtivos. Estas considerações têm apontamentos para a análise da dinâmica de

produção da agricultura familiar e para a reflexão sobre seu potencial para o aumento da rentabilidade e das práticas sustentáveis de uso do solo.

### **Referências Bibliográficas**

BERGAMASCO, Sônia Maria Pessoa Pereira; NORDER, Luiz Antonio Cabello. *A Alternativa dos assentamentos rurais: organização social, trabalho e política*. São Paulo: Terceira Margem, 2003.

BITTENCOURT, Gilson Alceu. Análise Econômica do Banco da Terra. *Boletim do DESER*, Curitiba, jun. 1999. Disponível em: <<http://www.dataterra.org.br/Documentos/deser.htm>>. Acesso em 11 jul. 2002.

BRANDENBURG, Alfio. *Agricultura familiar: ONG's e desenvolvimento sustentável*. Curitiba: Editora da UFPR, 1999.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Mudanças legais que melhoram e apressam as ações da reforma agrária*. Brasília, 2001.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Banco da Terra*. Brasília, Outubro de 2002, disponível em: <<http://www.bancodataterra.gov.br>>. Acesso em set.2002.

BUAINAIN, Antônio Márcio (Coord.). *Avaliação preliminar do programa Cédula da Terra*. Campinas: [s.n.], 1999. mimeo.

CARNEIRO, Maria José. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 8, abr. 1997.

FLEISCHFRESSER, V. *Modernização tecnológica da Agricultura: Contrastes regionais e diferenciação social no Paraná da década de 70*. Curitiba: Editora Livraria Chain, CONCITEC e IPARDES, 1988.

GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. *Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

GRAZIANO DA SILVA, J. *Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura*. São Paulo: Hucitec, 1981.

GRAZIANO DA SILVA, José. Velhos e novos mitos do rural brasileiro: implicações para as políticas públicas. *Reforma Agrária*. Campinas, v. 31, n.1, p.31-45, jan./abr. 2002.

NORDER, Luiz A. C. *Políticas de Assentamento e Localidade: A Reconstituição do Trabalho Rural em Promissão, Sp – Brasil*. Wageningen: Universidade de Wageningen-Holanda. Tese de Doutorado. 2004

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. *in*: TEDESCO, João Carlos (org.). *Agricultura Familiar – Realidades e Perspectivas*, Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 1999.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Em busca da modernidade social: ima homenagem a Alexander V. Chayanov. *in*: BRANDENBURG, Alfio (org.). *Para pensar outra agricultura*, Curitiba: Ed. da UFPR, 1998.